



## A inclusão escolar de uma estudante com deficiência física na Escola Professor Paulo Freire: um estudo de caso

**Autora:** Luana Kelly Rabelo Barbosa

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - Bolsista PIBID

**Coautor:** Kelson Lucien Rodrigues Lobato

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - Bolsista PIBID

**Orientador:** José Vitorino Pinto Feitosa

Pedagogo pela Universidade Vale Acaará - Especializado em educação especial

[jjosvitor@yahoo.com.br](mailto:jjosvitor@yahoo.com.br)

[kelson.lobato@gmail.com](mailto:kelson.lobato@gmail.com)

[luaanakellydz6@gmail.com](mailto:luaanakellydz6@gmail.com)

### Resumo

O presente trabalho resulta das ações desenvolvidas por dois bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), que participam de um projeto voltado à inclusão escolar que tem como lócus a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Paulo Freire. Objetiva-se relatar o acompanhamento e o processo de inclusão de uma aluna com deficiência física que possui dificuldades no seu aprendizado e em sua interação com os alunos de sua classe. Neste trabalho foram realizadas as seguintes metodologias: revisão bibliográfica e observação participante. Conclui-se que durante o período de estudo, as adaptações de materiais e situações criadas junto à realização das intervenções em conjunto com os professores da sala regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a aluna progrediu no que diz respeito ao seu rendimento escolar e sua interação com a turma.

**Palavras-Chave:** Inclusão Escolar, aprendizagem, interação.

### Introdução

O presente trabalho relata os resultados parciais das observações realizadas com uma aluna que possui deficiência física e por este motivo, a mesma sofre preconceitos por alguns de seus colegas de classe. A partir de atividades realizadas pelos bolsistas pertencentes ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) que atuam no Projeto Formação de Professores Para uma Escola Inclusiva: Ações Colaborativas Entre Universidade e Escola Pública, que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE), coordenado pelo Professor Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, disponibilizando bolsistas em formação acadêmica, para mediar no percurso do ensino e da aprendizagem dos alunos que possuem algum tipo de dificuldade, visando garantir seu aprendizado e emancipação, o qual está sendo desenvolvido em quatro escolas, dentre uma delas a Escola Municipal do Ensino



Fundamental Professor Paulo Freire, localizada no bairro do Tenoné na cidade de Belém-Pa. Este trabalho visa apresentar a partir das observações participativas as dificuldades da inclusão de uma aluna com deficiência física no ensino regular. O objetivo é relatar o processo de inclusão e as intervenções realizadas em conjunto com os professores da sala regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio de atividades desenvolvidas como; intervenções e construção de cadernos pedagógicos para auxiliar no ensino e aprendizagem.

A metodologia utilizada para construção deste trabalho foi, revisão bibliográfica e observações participantes realizadas três vezes por semana durante cinco meses, no total de 240 horas, as participações semanalmente das sessões de estudo com o objetivo de aprofundar o conhecimento teórico sobre a inclusão e além desses estudos discutimos questões teóricas sobre o processo de inclusão, essas observações foram registradas no caderno de campo que serviu de fonte para a escrita deste relato.

## **O processo de inclusão e o relato de experiência por meio das observações de uma aluna com deficiência física da Escola Paulo Freire.**

A partir da década de 1990 o movimento de inclusão escolar começou a ganhar evidência no âmbito educacional. Segundo Aranha (2000, p. 2), “A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades independentes das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”. Sasaki (1997, p.17) também afirma que a inclusão tem por objetivo a construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios dentre os quais se destacam: celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com igualdade de vida.

A educação inclusiva, assegurada pela Declaração de Salamanca, pode ser entendida como a garantia dos direitos de todos à educação, onde todos devem ter acesso as escolas, partindo do pressuposto de que “(...) toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, (...)” (UNESCO, 1994). Assim, esta se relaciona diretamente com a inclusão escolar de alunos com deficiência, pois parte do princípio da inclusão e acesso dos mesmos à educação de qualidade no ensino regular.



O sistema de ensino sem exceção deverá incluir crianças com deficiência, superdotação ou com algum tipo de dificuldade escolar, independentemente de sua classe social, cor, condições físicas e psicológicas para que de fato se adequem a uma perspectiva educacional inclusiva, segundo o que está previsto no Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Esta inclusão é necessária para que haja o compartilhamento dos saberes, experiências, informações e conhecimentos, buscando assim garantir a autonomia e integração dos alunos na sociedade, o que corrobora com as Diretrizes Nacionais para educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) que determina o sistema de ensino, que deve matricular todos os alunos, e o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Além disso, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 destaca que “o grande avanço que a década da edição deveria produzir, seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento e diversidade humana”. Desta forma o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traz como eixo as acessibilidades arquitetônicas dos prédios escolares, à implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado. Estes direitos orientaram as ações desenvolvidas durante nossa atuação como bolsistas na Escola Paulo Freire conforme descrevemos a seguir.

Iniciamos nossas observações em uma sala de 3º ano, onde não tivemos dificuldades na relação com a classe, o que possibilitou a rápida identificação do perfil da turma e também das suas necessidades. A princípio, nos deparamos, com duas formas no tratamento entre os alunos. Identificamos uma cooperação dos que se sentem solidários com aqueles que possuem dificuldades na aprendizagem, e em outras situações observamos o contrário, alunos que diminuem o potencial do outro por apresentar algumas limitações. A aluna observada é uma das que sofre com certos preconceitos por parte dos colegas o que dificulta na sua interação com a classe. Sabemos que a interação é um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento na aprendizagem, pois ela é fundamental para a construção do conhecimento.

Nessa perspectiva percebemos que a falta de interação da turma com a aluna contribui para um conjunto de dificuldades na aprendizagem que são decorrentes das relações de afetividades estabelecidas na escola com a mesma, o que prejudica na sua aprendizagem e desenvolvimento. Percebemos que sua escrita ainda é de forma alfabética e sua leitura pela silabação e também no exercício do desenvolvimento de sua



coordenação motora fina.

Vygotsky define o desenvolvimento como mudanças progressivas a partir de um estado de indiferenciação, porém, de forma única, ele define esse curso a partir de interações simbólicas básicas com outros sujeitos sociais mais maduros e competentes, sendo tudo que for vivido no social internalizado na forma de fenômenos intrapsíquicos. (apud VASCONCELOS & VALSINE, 1995, p. 46).

A dificuldade na interação favorece para que não ocorra a devida apropriação dos conteúdos e atentamos para o fato da mesma não sentir-se como um sujeito ativo para a construção do seu conhecimento. Neste momento nós bolsistas juntamente com a professora da sala regular somos peças fundamentais para a mediação desses conflitos. Pensado nisso, adaptamos materiais e criamos situações, para que a aluna conviva melhor com os outros colegas passando a aceitá-la como um sujeito diferente, onde o diferente não seja objeto de marginalização. Visto isso, nós juntamente com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvemos atividades integradoras como a realização de uma aula na biblioteca, onde apresentamos aos alunos vídeos lúdicos que tratavam de deficiência física, logo após, explicamos de maneira assecível que existem vários tipos de deficiências e juntos executamos uma roda de conversa sobre a temática, onde os alunos expuseram suas opiniões e dúvidas referente ao assunto e encerramos com o que chamamos de exercício da observação, no qual pedimos para aos alunos que olhassem uns para os outros e pudessem perceber que todos somos diferentes, e que isto deve ser respeitado. É importante ressaltarmos que quando um aluno em situação de deficiência apresenta dificuldades é fundamental o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visando contribuir juntamente com a sala regular para que haja a superação dessas dificuldades buscando complementar e mediar o que é oferecido em sala de aula, este atendimento ocorre no contra turno na sala multifuncional. Ao contrário do que muitos pais pensam, não é um reforço escolar e sim um estímulo para que os alunos possam se engajar na superação de obstáculos.

Diante das atividades e sessões de estudos realizadas pelo projeto (FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVA ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA) onde discutimos questões teóricas sobre a inclusão, criamos e aplicamos intervenções voltadas para a turma e em especial à aluna com deficiência, permitindo a interação e



construção coletiva do conhecimento. A partir de nossos estudos e observações participativas realizadas três vezes por semana durante cinco meses no total de 240 horas, confeccionamos os cadernos com atividades adaptadas às necessidades da aluna, visando trabalhar as habilidades como a coordenação motora fina e a alfabetização para o revisão bibliográfica e da leitura e escrita, tudo de acordo com suas limitações transformando-as em potencialidades.

## Conclusão

A partir das ações que foram desenvolvidas tanto na sala regular quanto no AEE, ações essas descritas nesse trabalho, percebeu-se uma melhora, houve desenvolvimento de sua autoestima, percepção das potencialidades individuais, o rendimento escolar da aluna como a leitura e escrita e o seu relacionamento com a turma melhorou, resultando em um melhor acolhimento com a aluna que passou a interagir mais com as pessoas ao seu redor. Diante disso, percebemos que durante todo o período que estivemos presentes em sala, frente das mediações realizadas por nós bolsistas e professores da instituição, as diferenças passaram à ser deixadas de lado. Se a aluna era marginalizada, atualmente percebemos uma mudança de comportamento em relação à mesma.

Desta forma, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência se faz necessário para que possamos estabelecer reflexões no sentido de compreender os caminhos já percorridos pela inclusão, bem como criar e recriar práticas educativas para que possamos estabelecer oportunidades de aprendizagem dos alunos em situação de deficiência contribuindo para a construção do aluno como ser social ativo e de seu conhecimento, onde essa construção não se dá do individual para o social, mas, ao contrário ocorre de forma coletiva. Este trabalho contribuiu para nossa formação acadêmica e profissional, onde pudemos perceber várias situações e formas de como trabalhar com alunos em situação de deficiência na sala regular.



## Referências

ARANHA, M. S. F. Educação. Inclusão social e municipalização. In: Manzine, E. J (Org). *Educação especial: Temas atuais*. Marília: Ed. Da Unesp, 2000, p. 1-9.

BRASIL. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de apoio à Gestão Educacional. Caderno de Educação Especial: A alfabetização de crianças com deficiências: uma proposta inclusiva/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de apoio à Gestão Educacional.* – Brasília: MEC,SEB, 2012

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília, 1996.disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/topico/11686882/artigo-59-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996mostra\\_documento](https://www.jusbrasil.com.br/topico/11686882/artigo-59-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996mostra_documento). acessado em 20 de Setembro de 2017, 02:23h.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.disponível em: [https://porta.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdfmostra\\_documento](https://porta.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdfmostra_documento) acessado em 20 de Setembro de 2017 , 02:00h.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de educação. Disponível em: [http://portal.mec.gor.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei10172.pdfmostra\\_documento](http://portal.mec.gor.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdfmostra_documento) acessado em 23 de Setembro de 2017, 23:00h.

SASSAKI, Romeu Kazumi, *Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais 1994, disponível no endereço: [https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://unesco.org.br/imagens/0013/001393/139394por.pdf&ved=0ahUKEwjU9qr1y77wahVDF5AKHYLCAIsQFghAMAM&usg=AFQjCNH36yQ-9y9VHW9LXOCT6ksWyQyVAmostra\\_documento](https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://unesco.org.br/imagens/0013/001393/139394por.pdf&ved=0ahUKEwjU9qr1y77wahVDF5AKHYLCAIsQFghAMAM&usg=AFQjCNH36yQ-9y9VHW9LXOCT6ksWyQyVAmostra_documento) acessado em 19 de Setembro de 2017 ,18: 13h.

VASCONCELOS, Vera, M. R. de e VALSINER, Jaan. *Perspectiva co-constitutiva na psicologia e na educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.